

As notícias e os debates sobre a Educação Infantil apresentam-se como de grande atualidade, e a necessidade de sua implementação vem sendo enfatizada, de forma crescente, nos últimos anos. Houve mudanças consideráveis nessa área, desde que a LDB de 1996 (Lei 9394/96), ao estabelecer novas diretrizes e bases, constituiu a Educação Infantil — atendimento a crianças em creches, até 3 anos de idade, e em pré-escolas, de 4 a 6 anos — como integrante da educação básica. Pesquisadores provenientes de diferentes âmbitos e em perspectivas variadas têm-se dedicado a realizar investigações, aliadas a uma reflexão sobre as práticas vigentes e os objetivos a serem alcançados na educação dessa faixa etária.

Apesar das inúmeras afirmações de que a educação dessa população é um dever do Estado e um direito da criança e da família, e dos grandes avanços notados, há escassez de vagas em creches e no ensino infantil: o acesso de crianças de zero a três anos à escola (creches), por exemplo, é ainda muito restrito no Brasil, uma vez que a taxa de frequência era de apenas 18,4%, em 2009, percentual bastante abaixo, considerando-se as previsões do Plano Nacional de Educação (PNE), que almejava já ter integrado, em 2006, 30% dessa população. Os dados disponíveis também indicam que as crianças domiciliadas em zona urbana têm maior acesso do que as de meio rural e que há diferenças regionais bastante pronunciadas, principalmente entre o Norte do País, onde apenas 8,2% das crianças frequentam creches, e o Sul, onde são atendidos 24,1% do total¹.

Se há, inegavelmente, premência em multiplicar esse atendimento de forma a abranger uma maior parcela da população infantil de 0 a 5 anos — desde 2006, as crianças de 6 anos passaram a ingressar no Ensino Fundamental —, muitos problemas referentes à qualidade da educação das crianças pequenas devem ainda ser solucionados, entre os quais se destaca a necessidade de formação adequada dos que trabalham com essa faixa etária. Historicamente, aceitavam-se modos de atuação leiga e predominantemente feminina, empregando-se pessoas sem qualificação profissional específica, para “cuidar” de crianças pequenas, em uma nítida

1. Dados do IPEA (2010). *PNAD 2009 – Primeiras análises: situação da educação brasileira – avanços e problemas*. Brasília, IPEA, 18 nov. (Comunicado, n. 66).

perspectiva assistencialista. Houve mudanças claras, inscritas na legislação do País, desde a lei de 1996, acima referida, que já dispunha que a formação de profissionais dessa área se fizesse em nível superior ou médio, notando-se uma exigência cada vez maior de privilegiar a escolha de pessoal de nível superior. No entanto, além de uma sólida base geral e específica, em que é essencial ter conhecimento não só dos princípios e fundamentos da educação, mas também das características psicossociais e das necessidades elementares das crianças, os responsáveis pela Educação Infantil devem também estar preparados para uma difícil tarefa: a da escuta, do acolhimento e mesmo da orientação aos pais, dada a intensa inter-relação entre os espaços familiar e escolar, no que diz respeito à educação de crianças pequenas. Enfim, ao contrário do que se pensou durante muito tempo, a formação de profissionais para a Educação Infantil é tão ou mais difícil do que a dos que vão dedicar-se ao Ensino Fundamental, Médio e Superior.

O dossiê do presente número da *Pro-Posições*, “Interlocução possível: arte e ciência na educação da pequena infância”, coordenado pelas Professoras Márcia Gobbi e Sandra Richter, discute, mais uma vez, questões relacionadas ao trabalho educacional com essa faixa de idade². Neste conjunto de belos e inspiradores textos de pesquisadores brasileiros e italianos, abordam-se questões relacionadas às mais variadas manifestações da arte e da ciência: imagens, desenhos, poesia, narrativas, teatro e às formas de uso de espaços. Essa diversidade indica que, ao contrário do que acontecerá mais tarde, quando os conteúdos escolares se apresentarem compartimentados em “disciplinas”, no ensino de crianças dessa idade não há separação entre esses dois amplos campos do saber, mesmo porque a imaginação é essencial a ambos e tece relações densas entre domínios que, para nós, adultos, parecem distintos. Estes textos têm em comum o fato de terem sido escritos por pessoas que possuem uma qualidade essencial para quem trabalha com as crianças e se interessa por sua educação: a capacidade de deixar-se levar por suas reações, de respeitá-las e de encantar-se com/pelas produções infantis.

A leitura destes trabalhos leva-nos também a refletir sobre a necessidade de criar e implementar espaços de convivência para crianças pequenas, com atividades que lhes sejam prazerosas. Em outros termos, há que pensar na organização de espaços de educação não formal ou de lazer, abrindo a possibilidade de a criança frequentar cinemas, teatros, concertos, exposições de artes plásticas, museus, espetáculos circenses e, assim, conhecer um amplo leque de bens culturais do meio em que vive e de estabelecer certa familiaridade com diferentes manifestações artísticas. Esses espaços ainda são raros, escassos entre nós, mas, pouco a pouco, começam a despontar. Nesse sentido, vale salientar iniciativas como as do SESC, na cidade

2. O n. 28 (1999) foi dedicado, em sua quase totalidade, a questões de Educação Infantil, e o dossiê do n. 42 (2004), coordenado pela Profa. Ana Lucia Goulart de Faria, tratou de Educação Infantil e gênero.

de São Paulo, que, entre muitas outras atividades, organiza sessões gratuitas de cinema nas manhãs domingueiras, no quadro de um Cine Clubinho, tendo em vista o atendimento ao público infantil. Ali são apresentados desenhos animados, tanto os clássicos de Disney como outros contemporâneos, produzidos em países como a França e o Japão, sem negligenciar filmes nacionais com histórias infantis como *O menino maluquinho* (1994), dirigido por Helvécio Ratton, em adaptação livre e muito bem transposta para a tela, do bem conhecido personagem criado por Ziraldo. Antecedendo essas sessões, há oficinas de desenho infantil, animadas por atores que representam personagens — “Senhor Cinema”, “Sonho de Cinema”, “Cine Clubinho” — que tem a função de orientar essas atividades. As crianças, atraídas e completamente seduzidas pelas imagens, pelos atores e pelas histórias que lhes são contadas, passam, em seguida, para uma sala de cinema “de verdade”, onde o silêncio impera, na maior parte do tempo, durante as sessões; no final, levam para suas casas o resultado de uma atividade ali realizada — desenhos, dobraduras, fantoches. Em meio ao comparecimento de crianças e suas famílias de todo tipo, é notável a presença de pais estrangeiros, que já têm o hábito de participar desse tipo de eventos em seus países de origem. Quiçá houvesse mais iniciativas desse gênero em todo o País e as escolas públicas de Educação Infantil investissem na promoção de atividades artísticas, imaginativas, criativas, de maneira a proporcionar prazer e um conhecimento de mundo a partir de experiências bastante distintas das que as crianças virão a ter na Educação Fundamental.

A importância do contato com manifestações culturais variadas de boa qualidade, se é relevante em todas as idades, nesta é de importância fundamental, por tratar-se de um momento em que são forjados o senso estético e o gosto pelo belo em diferentes esferas de atividade humana. Esse “estético” opõe-se ao “anestésico”, ou seja, àquilo que é da ordem do entorpecimento, da imobilidade, do imperturbável, como bem apontou Maxine Greene, ao mencionar as ideias de Dewey.

É justamente um pequeno texto de Dewey — “Cultura como meta” —, com apresentação da Professora Tizuko M. Kishimoto, que compõe a sessão *Diverso e Prosa* deste número. Embora escrito em 1916, portanto, há quase um século, o tema abordado é ainda muito atual, pois critica a ideia corrente de oposição entre “eficiência pessoal” e “cultura” e adverte contra o engodo de pensar a eficiência social como “um conjunto estreito de ações” medido “como produtividade ou produção”. Ao discutir essa questão, Dewey sublinha que uma das tarefas da educação é a de conciliar e tratar eficiência pessoal e cultura como sinônimos.

A sessão de artigos apresenta cinco textos que versam sobre temas de grande interesse: o primeiro analisa as condições de emergência do sindicalismo docente no Rio de Janeiro e em São Paulo, assinalando seu aparecimento tardio, se comparado ao sindicalismo operário; o segundo problematiza os sentidos sociais atribuídos a gêneros, fundamentando-se em trabalho de campo realizado em uma escola,

particularmente no recreio, por tratar-se de “ambiente privilegiado na produção e reprodução de identidades sociais em geral e da identidade de gênero em particular”, segundo sua autora; o terceiro, no campo da História da Educação, toma manuais escolares de Higiene como fonte para discutir “o projeto de educação higiênica, por meio do qual se buscou inculcar nas crianças um conjunto de hábitos articulados em torno do objetivo de formação de um homem forte, saudável, produtivo e ordeiro” no estado de São Paulo; o quarto discute os significados da “integração curricular”, apoiando-se na literatura e em dados empíricos, provenientes de entrevistas com professores da rede municipal de ensino de Niterói; e o último trata de uma questão essencial no contexto do ensino a distância, qual seja, o papel do professor-tutor e suas especificidades, incluindo aí uma boa revisão dos conceitos de *feedback*.

Para finalizar, apresentam-se, na sessão *Leituras e resenhas*, duas obras estrangeiras: o livro de Marlaine Cacouault-Bitaud, publicado na França, em 2007 — *Professeurs... mais femmes – carrières et vies privées des enseignantes du secondaire au XX^e siècle (Professoras... mas mulheres – carreiras e vidas privadas das professoras do secundário no século 20)* —, apresenta um importante estudo, baseado em análise de dados estatísticos e resultados de entrevistas, sobre a delicada relação entre carreiras e vidas privadas das professoras da escola secundária francesa. O segundo, de autoria de Henry Adams, intitulado *Tom and Jack: the intertwined lives of Thomas Hart Benton and Jackson Pollock (Tom e Jack: as vidas entrelaçadas de Thomas Hart Benton e Jackson Pollock)*, de 2009, trata do trabalho de dois artistas plásticos, pintores bem conhecidos, aparentemente “antitéticos”, mas que, em uma análise mais atenta, como a de Adams, revelam um estreito entrelaçamento entre suas respectivas produções, o que se poderia explicar pela ligação forte e intensa entre o mestre Benton e seu discípulo Pollock.

Mais uma vez, espera-se que os leitores encontrem, em meio a essa variedade de textos, prazer na leitura e possibilidades de reflexão para dar continuidade a seus próprios trabalhos.

Luci Banks-Leite